

PARA ALÉM DOS PROTESTOS

Lucas Maia*

Este texto objetiva colocar em cheque, do ponto de vista de uma análise teórica, embora ainda estejamos no calor do processo, o conjunto de protestos que vem estourando em quase todas as capitais brasileiras, bem como em várias cidades do interior dos estados. Não objetivamos aqui, em hipótese alguma, fazer uma *démarche* histórica do Movimento, esta ainda terá de ser feita, até por que ainda não cessou. Esta nossa pequena excursão sobre o tema constitui-se, de fato, em considerações teóricas sobre os protestos, mas sobretudo, uma leitura das consequências e da trajetória e rumos políticos do Movimento.

Da legitimidade dos protestos

Quando intitulo o texto “Para além dos protestos”, em hipótese alguma me coloco no campo daqueles que se posicionam contrários. Não, nosso ponto de partida é completamente outro. Assim, urge necessário lembrar a legitimidade de tais protestos. Tais protestos e o Movimento que isto vem criando na sociedade brasileira não só é legítimo, como é necessário. As classes dominantes no Brasil se desacostumaram com o poder que a população nas ruas tem a capacidade de exercer.

Como é sabido, nas últimas décadas, o que se vê no Brasil é tão-somente a manifestação de determinados setores da sociedade: Sem-Terras, Sem-Tetos, trabalhadores estatais (“servidores públicos”) etc. Dificilmente estes agem em conjunto, fazendo atos simultâneos. Geralmente, quando um setor se radicaliza um pouco mais, os demais estão desmobilizados, quando se mobilizam ao mesmo tempo, não agem conjuntamente etc. Esta é uma realidade que as lutas sociais vem enfrentando no Brasil há muito tempo. As classes dominantes tupiniquins se habituaram a isto.

A burguesia não sabe mais o que é enfrentar greves massivas e gerais na sociedade brasileira. O que se observa, analisando-se a dinâmica dos processos produtivos no Brasil, é a insurgência de greves locais, geralmente restritas a uma ou duas empresas, geralmente não se chega à escala municipal, que dirá estadual, regional, nacional. Estas greves locais, às vezes explodem espontaneamente, passando, não raras vezes, por cima das organizações sindicais, mas se extinguem à medida que meras concessões são feitas etc. Os sindicatos não conseguem mais dar

* Professor do Instituto Federal de Goiás/IFG. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC.

uma resposta aos trabalhadores da categoria profissional que representam, mas ao mesmo tempo, com sua apatia ou comprometimento com os patrões ou o estado, e apostando em que os trabalhadores esperam deles uma iniciativa, conseguem ser poderosos amortecedores da luta de classes. E esta não é uma realidade somente brasileira. Poderíamos dizer que, do ponto de vista político, a burguesia no Brasil se habituou a administrar os conflitos de baixa intensidade perenes, típicos das relações de classe que fundam nossa sociedade. Há tempos que não emergem lutas radicais graves entre burguesia e proletariado no Brasil.

Este é um aspecto da questão. Há outros. A instituição estatal, típica de países de capitalismo subordinado tem que lidar com a situação herdada de processos antigos de exploração internacional. Assim, a urbanização problemática típica de todos os países nesta situação não é mera coincidência. As imensas favelas latino-americanas, africanas e asiáticas não são somente combinações fortuitas. São na verdade a resultante de intensos e longos processos de exploração internacional, mas isto é assunto para outro momento. O que quero destacar é que as condições de vida das classes trabalhadoras dos países de capitalismo subordinado resultam de vários fatores, sendo um deles a exploração internacional, que carrega riquezas incontáveis para os países imperialistas. Isto, contudo, não resume a questão. Esta exploração internacional é realizada em escala local e nacional, ou seja, se dá no solo fértil de cada lugar onde se instalam as unidades produtivas, ou seja, a exploração internacional é parte de um processo mais amplo que expressa na verdade uma generalizada exploração de classe.

Assim, devido às condições históricas particulares dos países subordinados, a exploração de classe se efetiva com muita intensidade nestas realidades. Os baixos salários, as taxas altas e perenes de desemprego, a carestia de vida, as condições precárias de trabalho, moradia, lazer, estudo, processo educativo etc. formam um quadro típico de países de capitalismo subordinado. Poderia descrever ainda um conjunto de outros processos que afligem cotidianamente a população trabalhadora destes países e no foco o Brasil: violência criminal e policial perenes, acesso à saúde precário, alcoolismo, drogadição, pauperização no campo e na cidade, urbanização com altos índices de favelização, subúrbios degradados e distantes etc. Só estou citando estes aspectos do cotidiano para demonstrar que, na verdade, o conjunto da vida das classes laboriosas é uma parte da engrenagem do cotidiano alienado que caracteriza a sociedade moderna.

Estes aspectos do cotidiano aqui destacados só trazem à luz do dia um elemento fundamental, a vida de cada um é a expressão individual da alienação generalizada. Por alienação entendo o que Marx, nos seus famosos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* já havia dito. Referindo-se ao trabalho do operário, dizia, a alienação é o processo que torna o trabalho, algo efetivamente humano, um

processo que desumaniza o trabalhador. Isto se deve aos seguintes aspectos: a) o trabalhador ao produzir um mundo de riquezas, se empobrece na mesma medida, ou seja, o produto do trabalho é estranho, alheio ao trabalhador que o produziu; b) mas não só o produto do trabalho é alheio ao trabalhador, também o processo de trabalho não está nas mãos de quem o executa, ou seja, o trabalho, como processo de produção de riquezas aparece para o trabalhador como uma dupla alienação. Ele não tem o controle do processo, que está nas mãos de outro; também não tem o controle sobre o resultado de seu trabalho, que pertence a outro. Assim, seguindo esta linha de apresentação, quanto mais o trabalhador se dedica ao seu trabalho, mais longe de si mesmo ele fica. Quanto mais riqueza ele produz, mais enriquece outros, ao passo que para si, só lhe resta contentar-se com o salário que lhe garante o direito de sobreviver como ser alienado.

Em *O Capital*, Marx retoma esta ideia, mas agora com uma elaboração conceitual muito mais rica e profunda. Quando discute o fetichismo da mercadoria, o que chama a atenção é o fato das mercadorias aparecerem ao trabalhador como uma grande fantasmagoria. O trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho e o mundo que ele cria é completamente estranho para ele. Se levamos esta afirmação à radicalidade que ela implica, temos de reconhecer que o conjunto da vida, não só o processo de produção de mercadorias, é fundado neste pressuposto geral. O trabalhador não controla seu trabalho, não controla seu lazer, não exerce influência direta sobre as informações que consome etc. O que este processo todo gera é uma determinada forma de ser e agir, pois diante da alienação fundamental do processo de trabalho, o trabalhador não se vê capaz de colocar em suas próprias mãos os rumos de sua vida. Tudo está submetido a outro. Ele se vê incapaz e frágil diante de tudo. Todo o mundo que ele criou converte-se em um gigante que lhe esmaga entre os dedos. A ideia fundamental de Feuerbach com relação a Deus revela-se na materialidade da vida profana de cada um. Se o homem criou Deus e este converteu-se de criatura em criador segundo a sentença feuerbachiana, segundo a afirmação marxista, o operário ao criar a mercadoria, venera nesta a mesma divindade que o teísta venera em Deus. Nem o crente controla seu Deus, nem o operário sua mercadoria. Esta alienação fundamental extrapola os limites da fábrica e invade o conjunto da vida.

Esta ideia é a explicação teórica que nos permite dizer que os protestos são completamente legítimos. A classe operária e demais classes exploradas e oprimidas (trabalhadores domésticos, lumpemproletariado, trabalhadores do comércio e serviços, setores mais empobrecidos da intelectualidade – professores da rede pública básica de ensino etc.) se colocam neste reino geral de alienação, como partes prejudicadas no processo. A burguesia e suas classes auxiliares, (burocracia estatal, universitária etc.), intelectualidade (professores universitários,

pesquisadores, “profissionais liberais”, jornalistas, artistas etc.) embora componham o reino geral de alienação são privilegiados, daí sua defesa consciente desta sociedade.

Assim, para compreendermos realmente a legitimidade de tais protestos, não podemos em hipótese alguma partir do ponto de vista ou perspectiva destas classes privilegiadas. Não podemos olhar para os protestos como os alcoviteiros dos meios oligopolistas de comunicação e intelectuais conservadores o fazem. Nosso ponto de partida deve ser outro. Nossa perspectiva é evidentemente a do proletariado. Não existe análise neutra da realidade. Toda análise tem um ponto de partida e este ponto de partida tem como substrato no qual se assentam interesses de classe. Assim, não há jornalista, intelectual, militante etc. que não parta de uma ou outra perspectiva de classe. Por perspectiva de classe do proletariado, estamos aqui tomando o conjunto de análises que expressam os interesses desta classe social, mas não somente os interesses imediatos (salários, melhores condições de trabalho, mobilidade urbana – já que isto é o foco do momento – etc.), mas sim os interesses históricos do proletariado, ou seja, a abolição do capitalismo e instauração de uma sociedade radicalmente distinta. Sempre lembrando que interesses históricos e imediatos formam uma totalidade. Não se deve desvinculá-los. Se se prende somente nos imediatos, fica-se no nível do reformismo. Se se prende nos interesses históricos, sem se levar em conta as condições históricas imediatas e as necessidades urgentes das classes trabalhadoras, fica-se no nível daquilo que Ernst Bloch, no seu *O princípio Esperança*, definiu como utopia abstrata.

É com base nesta perspectiva que temos que considerar a onda de protestos que assola o Brasil desde o mês de abril de 2013. Estes são parte daquilo que alguns chamam de “problemática urbana”. A sociedade capitalista produz o espaço que lhe é necessário, tal como é com todo e qualquer tipo de sociedade. As nossas cidades são, portanto, o resultado da urbanização que o capitalismo necessita. Os elementos que envolvem a “problemática urbana” são inúmeros: moradia, infra-estrutura urbana, oferecimento de serviços, gestão do território por parte do estado e das empresas é claro, a mobilidade, da qual o foco aqui é o transporte coletivo.

A classe capitalista, a proprietária do capital, divide-se em várias frações: burguesia industrial, agrária, financeira, comercial, educacional etc. Dentre estas várias frações, uma delas é a que investe seu capital no deslocamento das populações urbanas. A esta fração, podemos dar o nome de burguesia transportadora e por consequência, o capital que ela detém de capital transportador. O capital transportador, tal como qualquer outro, divide-se em constante e variável. O capital constante é aquele constituído, no caso do transporte coletivo nos centros urbanos, pelos ônibus, trens, metrô, terminais,

paradas de ônibus, estações de trem e metrô etc. O fato de um ou outro elemento do capital constante pertencer ao Estado não anula a questão, só torna o Estado um proprietário de partes do capital transportador. O capital variável é aquele investido nos salários de todos os trabalhadores do sistema: motoristas, cobradores (ou trocadores, o nome varia de acordo com a cidade), apontadores, supervisores, pessoal de escritório etc.

O capital transportador, diferentemente do industrial, construção civil, agrário etc. não produz um produto, mas um serviço. Deste modo, da mesma forma que o capital comercial, financeiro, turístico etc. ele drena renda de outros lugares para si. Seria, segundo definição de Marx, fração do capital improdutivo, pois nele não há geração de valor, mas tão-somente apropriação de mais-valor produzido em setores do capital produtivo. Não é objetivo nosso aqui neste texto abordar esta questão com mais profundidade, mas podemos dizer que os trabalhadores do capital transportador não geram valor ao produzir este serviço, mas tão-somente se apropriam de partes do mais-valor global produzido em outros setores do processo produtivo.

No caso dos transportes urbanos, portanto, o lucro das empresas advém da transferência de renda dos usuários para os cofres das empresas. O cálculo é feito com base na relação motorista/usuário. Ou seja, quanto mais usuários por motorista, maior será o lucro da empresa que explora este ramo. A mesma transferência de renda também pode ser observada quando o estado subsidia parte dos valores da tarifa ou mesmo de seguimentos da população que usam o transporte coletivo mas não pagam tarifa (idosos, crianças, estudantes – onde há meia passagem ou passe livre estudantil etc.). O fato de o estado pagar parte não muda a questão do ponto de vista teórico de o capital transportador, no que se refere ao deslocamento de pessoas nos centros urbanos, de se apropriar de parte do mais-valor global (renda) produzidas em outras esferas.

Esta relação coloca necessariamente em oposição aos empresários do transporte tanto os usuários, quanto os trabalhadores do transporte, notadamente os que não ocupam cargos de direção e controle dentro das empresas. Tem-se, deste modo, colocado o pano de fundo sobre o qual desfilam os protestos que correm pelas cidades brasileiras. Contudo, isto é insuficiente para explicá-los. É necessário observar outras determinações. Não vou me estender sobre elas, mas somente citá-las: a) devido ao fato de o transporte coletivo ser uma fração do capital e ser um serviço prestado à população, a classe que detém este capital visa maximizar lucros, isto implica na prestação de serviços precários (ônibus lotados, tarifas caras, frotas sucateadas, atrasos etc.); b) o transporte e os preços das tarifas são a gota d'água para um conjunto de outras coisas que vinham sendo gestadas: carestia de vida, crescimento do desemprego, problemas nunca solucionados em

setores básicos como saúde, educação, descrença generalizada da população na “classe política”, entre inúmeros outros elementos; c) grupos de ativistas mobilizados e organizados convocando os protestos; d) papel das redes sociais na articulação dos protestos, ou seja, as redes sociais na internet são somente um meio que facilita a organização e nunca a base para que os protestos surgissem; e) gastos do estado com os estádios de futebol para a Copa do Mundo e das Confederações e conflitos sociais derivados disto, bem como a ocorrência da Copa das Confederações no mês de junho, a qual acabou por mobilizar grandes protestos diante dos estádios onde aconteciam jogos.

Outros elementos poderiam aqui ser destacados, mas estes já bastam para demonstrar que existe um conjunto de determinações que levaram a população brasileira às ruas novamente. A pauta mobilizadora foi a luta pela redução da tarifa em algumas cidades ou pelo não aumento em outras. O preço da tarifa, como vimos, é parte da estratégia do capital transportador de transferir renda de outros setores para si. Mas outros elementos vão compondo os protestos e estes adquirem amplitude nacional, mobilizando milhares de pessoas em cada cidade.

Assim, desde abril de 2013 que estes protestos vem tomando as cidades brasileiras: Porto Alegre e Teresina inicialmente, depois Goiânia e outras cidades. Em seguida São Paulo, Rio de Janeiro etc. No mês de junho, o país inteiro é tomado por manifestações gigantescas, de proporções que o estado brasileiro, bem como as classes dominantes como um todo não estavam mais habituadas a ver. A repressão promovida pelo estado, via polícia militar, em certos níveis completamente desproporcional acaba por criar efeito contrário ao que esperavam as classes políticas alojadas no poder de estado. A repressão violenta em várias cidades não gerou terror ou medo na população, mas sua adesão aos protestos. Assim, 300 mil pessoas no Rio de Janeiro, ocorrendo simultaneamente a 100 mil em São Paulo, 60 mil em Belo Horizonte, 40 mil em Porto Alegre etc. E mobilizações semelhantes a estas ocorrendo diariamente nas principais cidades do Brasil.

Como são estes protestos? Como ocorrem? Quais ações são perceptíveis?

Da radicalidade dos protestos

Não existe qualquer forma de ação popular sem haver organização. A grande questão é: qual o conteúdo e a forma destas manifestações? Ouve-se constantemente dizer a respeito delas: não tem líderes; não são controladas por partidos políticos; não possuem um centro de decisão a partir do qual as informações e a organização possa ser creditada etc. Tudo isto é verdade e vem deixando a mídia corporativa, os políticos profissionais e grande parte da intelectualidade aturridos diante dos fatos. Não sabem explicá-los. Só conseguem

olhar para o que está acontecendo com suas velhas maneiras de conceber as velhas formas de organização.

A forma de organização destes protestos é, em verdade, seu elemento mais radical, visto suas bandeiras e reivindicações serem bastante limitados. Reivindicar redução de tarifa é algo importante, pois interfere nas taxas de lucro das empresas, mas não altera muita coisa em toda a lógica do sistema. As manifestações surtiram efeito e a partir do dia 19 de junho de 2013 todas as cidades que haviam aumentado o valor da tarifa voltaram ao valor anterior, as que ainda não tinham aumentado, não fizeram proposição de aumentar. Isto foi uma vitória que a população nas ruas conquistou. Após esta vitória, alguns grupos recuaram, como o MPL – Movimento Passe Livre de São Paulo, dizendo que não iam mais convocar manifestações, alegando para tanto que o objetivo das mesmas já havia sido alcançado, ou seja, reduzir o valor da tarifa. Mas além desta concessão, várias outras foram feitas pelo estado, tentando carrear as insatisfações das ruas para temas parlamentares (votação e rejeição da PEC – 37, que reduzia poderes do Ministério Público, votação de lei que torna corrupção parlamentar crime hediondo, proposta de reforma política, realização de plebiscito etc.). Ou seja, burocracia governamental (classe política) no Brasil viu-se obrigada a revogar um conjunto de coisas, fazendo concessões que não fariam em outra ocasião. *Entretanto, toda a movimentação parlamentar não conseguiu recuperar uma coisa: a forma de organização e atuação dos coletivos que estavam convocando as manifestações.*

Para compreendermos isto, temos que explicar o significado de algumas palavras: apartidário, autônomo, horizontal. Estas palavrinhas expressam uma forma organizativa que ainda não foi capitulada pelo sistema jurídico existente. Vejamos o que significam. Apartidário: quer dizer que o coletivo em questão não está tutelado ou aparelhado por nenhum partido político, embora não proíba que pessoas de partidos políticos participem. Autônomo: significa que o coletivo não recebe dinheiro ou outro tipo de ajuda de empresas, partidos, ONG's, parlamentares etc. A autonomia refere-se ao fato de o coletivo fazer ele próprio a gestão de seus recursos os quais ele mesmo produziu. Horizontal, ou seja, não existe no interior dos coletivos desta natureza nenhum grupo dirigente, nem formas hierárquicas de tomadas de decisão e ação. Por último, um aspecto ainda a ser destacado, tais coletivos não estão regulamentados em nenhum estatuto, lei, regimento etc. Ou seja, a sua forma de organização e atuação não estão, ainda, regulamentadas. Daí um dos elementos que explicam a estupidez dos líderes políticos e intelectuais que olham para as manifestações e não conseguem ver que ali existe organização, embora não exista institucionalização.

Depreende-se, portanto, que organização é algo distinto de instituição. Por organização defino o ato, a ação de agir coletivamente com base num conjunto de

formas e procedimentos determinados pelo grupo, comunidade etc. em questão. Institucionalização, pelo contrário, remete a algo mais e implica na subordinação das organizações à lógica institucional, portanto, legal de funcionamento dentro das sociedades de classe. No que se refere à sociedade capitalista, toda forma de organização que esteja submetida à legalidade e à institucionalidade típicas desta sociedade são organizações que já foram integradas e, portanto, perderam o elemento subversivo que porventura tenham tido.

O exemplo emblemático deste processo é a organização sindical, que surge como uma típica organização de trabalhadores criada para defender os interesses imediatos da classe operária, sendo que algumas tendências, tal como o sindicalismo revolucionário, o anarco-sindicalismo defendiam que estas organizações deveriam ser os órgãos de gestão da sociedade futura em substituição ao estado etc. Os sindicatos surgem no século 19 e à medida que vão sendo incorporados à institucionalidade capitalista vão perdendo todo caráter subversivo que tinham. Além disto, à medida que vão se tornando poderosas organizações, criam em seu interior uma camada dirigente que em não raras vezes possuem interesses opostos aos dos trabalhadores que supostamente representam, a burocracia sindical. Assim, os sindicatos passam de organizações de trabalhadores a instituições burocráticas que falam em nome dos trabalhadores.

Esta análise vale também para os partidos políticos. Os partidos políticos ditos de esquerda começam a se formar na Europa no final do século 19 e devido à lógica organizativa do sistema democrático daquele período, ofereciam certos perigos às classes dominantes, pelo menos estas achavam que ofereciam. Por isto, tais partidos eram não raras vezes colocadas na clandestinidade. A democracia censitária, típica deste período, cede espaço, na primeira metade do século 20, à democracia partidária, na qual os partidos são inseridos dentro da legalidade e funcionamento do sistema eleitoral. Sua pretensa combatividade de períodos anteriores diminui consideravelmente. O exemplo do Partido Social Democrata Alemão é o mais emblemático deste processo. Mesmo assim, haviam ainda algumas fragilidades no sistema “democrático” que ainda causavam algumas preocupações com os partidos políticos. Após a Segunda Guerra Mundial, a democracia partidária é substituída pela democracia partidária-burocrática o que faz com que todos os partidos, independentemente de seu espectro ideológico, torne-se parte da mecânica de funcionamento do sistema eleitoral e do estado moderno (tanto em regime ditatorial quanto democrático).

Em síntese, o que se pode dizer é que as organizações ditas dos trabalhadores: partidos políticos de “esquerda” e sindicatos não são mais organizações que expressam os interesses das classes exploradas. Pelo contrário, são instituições integradas à lógica de funcionamento da sociedade capitalista. São

instituições burocráticas que embora falem em nome dos trabalhadores, são na verdade expressão dos interesses de classe da burocracia partidária e sindical. Não são mais, portanto, organizações dos trabalhadores, mas tão-somente, instituições que se lhes opõem.

A grande questão é que os políticos profissionais (da esquerda à direita), os intelectuais em sua esmagadora maioria, os meios oligopolistas de comunicação e os jornalistas que os expressam etc. estão visivelmente assustados diante dos acontecimentos. Os coletivos que convocam as manifestações são a expressão de um conjunto de insatisfações populares. É justamente isto que faz com que a população junte-se aos protestos. O meio com que os coletivos fazem isto é geralmente através das redes sociais, notadamente o facebook. Isto não implica em dizer que o facebook é o elemento central, como muitos dizem. Pelo contrário, é tão-somente um meio de comunicação que facilita e acelera o processo de mobilização.

As manifestações consistem basicamente em aglomerar em pontos estratégicos das cidades para onde ocorrem um contingente populacional considerável, variando de cidade para cidade e de período para período. Os maiores números de manifestantes foram percebidos durante as segunda e terceira semana de junho de 2013. Os protestos consistem basicamente em aglomerar população e quando ela se radicaliza mais, em depredar prédios públicos, agências bancárias, saque de lojas, realização de assembléias em alguns lugares onde ocorrem as manifestações, depredação de automóveis da imprensa corporativa etc. Quando tal radicalização se efetiva, a repressão policial é a estratégia do estado para conter as manifestações.

Aqui cabe um parêntese importante. Dos vários relatos que se observam em várias cidades brasileiras, a prática corrente da força policial é: a) infiltrar militares à paisana nas manifestações (os conhecidos P2). Estes policiais incitam alguns ataques à polícia ou mesmo iniciam algumas depredações, ações estas que justificariam a repressão policial; b) a polícia, independentemente do que os manifestantes façam já chega com a intenção de dispersar o protesto utilizando para tanto todo o aparato repressivo de que dispõe. Estas duas estratégias implicam geralmente na mesma consequência: depredação da cidade, vários feridos e detidos.

A partir disto o que se tem é um claro processo de criminalização dos manifestantes, no qual vários são processados por crimes como: “porte de produto inflamável”, “depredação qualificada” etc., ou seja, trata-se de o estado tentar encontrar crimes para qualificar os atos e colocar os manifestantes na qualidade de criminosos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado com relação às manifestações é o papel dos meios oligopolistas de comunicação. Quando se iniciaram os protestos, ainda no mês de maio, a posição da mídia corporativa foi contrária ao conjunto de todos os protestantes. Nas manifestações que ocorreram em várias cidades, sendo as de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília as maiores, houve uma desproporcional repressão policial com dezenas de feridos e vários detidos. Isto provocou efeito contrário ao esperado, como já dissemos. Nas manifestações dos dias seguintes o número de manifestantes chegava à casa dos 100 mil em São Paulo, 300 Mil no Rio de Janeiro e cifras parecidas em capitais como Brasília, Belo Horizonte etc. A partir deste momento, quando a população em massa aderiu aos protestos, a posição da mídia corporativa modificou-se um pouco. Ao invés de se posicionar contrariamente a todo o movimento de manifestações, fez uma separação discursiva entre os “vândalos”, “baderneiros” e os “manifestantes pacíficos”. Estes posicionamentos dos meios de comunicação tiveram algumas consequências: a) vários automóveis identificados destas empresas (GLOBO, SBT, BAND, RECORD etc.) foram depredados; b) os repórteres destas empresas não podiam aparecer nas manifestações com identificação visível, pois eram expulsos dos protestos etc.

Esta distinção, mera estratégia discursiva é claro, começou a exercer sobre o conjunto dos protestos um grande efeito. Foi convocado por vários grupos em todo o Brasil uma manifestação conjunta a ser realizada no dia 20/06 de 2013. Tal manifestação efetivou-se em quase 580 cidades brasileiras, reunindo números de manifestantes nunca vistos antes na história das lutas sociais no Brasil. Chega-se a dizer que em todas as cidades brasileiras em protesto, chegou-e a reunir quase 2 milhões de manifestantes ao todo. Contudo, o tom das manifestações já veio bastante condicionado pelo discurso midiático. A separação entre “pacíficos” e “vândalos” ficou bem definida, sendo que, em não raras vezes, os “pacíficos” delatavam aos policiais as ações mais radicais dos “vândalos”. Sob a falsa ideia de que a mídia corporativa estava apoiando os protestos, o que ocorreu foi que ela conseguiu retirar de consideráveis parcelas de manifestantes, o caráter combativo, crítico e, portanto, perigoso para as classes dominantes, das manifestações.

Isto é algo importante a ser registrado, pois as classes dominantes que se assustaram com a capacidade mobilizadora da população organizada, conseguiu, com uma mera estratégia discursiva, retirar a potencialidade subversiva dos protestos. Isto, naturalmente, não foi absoluto e o que se observou nos dias seguintes é que a repressão policial não separa “pacíficos” de “vândalos”, pois, em verdade, tal separação só existe como mero discurso.

A radicalidade dos protestos e a forma de organização dos coletivos que estiveram à frente de tais protestos foi a única coisa que não pode ser controlada

ou recuperada pela política parlamentar. Tal radicalidade é o elemento central dos protestos. Suas conquistas, em que pese sejam importantes, são, todavia, secundárias. O fato de a presidente da república Dilma Rousseff ter aparecido em público para fazer pronunciamento sobre as manifestações, o fato dela ter aberto canal de diálogo com representantes do MPL, o fato do preço das passagens do transporte coletivo em todo o Brasil não terem aumentado, o fato de os parlamentares terem votado um conjunto de novas leis, o fato de os parlamentares brasileiros estarem propondo reforma política etc. só demonstra que eles se assustaram, mas principalmente que as reivindicações imediatas são facilmente incorporadas pela legalidade burguesa. Agora, os protestos e as formas de organização dos mesmos, a política burguesa ainda não conseguiu recuperar. É justamente neste ponto que tais movimentos devem investir suas forças e energias. Ou seja, o poder das ruas faz o estado e a classe capitalista tremerem.

Dos limites e da necessidade de avançar

A luta de classes no Brasil entrou num novo estágio. Se os protestos recuarem e uma tendência é esta, a memória, a história etc. dos mesmos compõem o imaginário da população. A retomada inevitável trás tudo isto à tona novamente. Contudo, o que deve ser destacado é que a mera manifestação não pode ser eleita como o fim da luta. Esta é, todavia, tão-somente um meio e é assim que deve ser compreendida pelos seguimentos mais radicalizados (anarquistas, autonomistas, autogestionários, seguimentos da juventude mais radicalizados etc.). As manifestações de rua são importantes, pois além de aglutinarem milhares de pessoas, mostram ao conjunto da sociedade que a tão apregoada paz entre as classes não existe. Contudo, ela padece de algumas dificuldades: a) em primeiro lugar, devido seu próprio caráter as manifestações tem sentido reivindicativo, ou seja, utiliza-se da manifestação para reivindicar seja do estado, seja dos capitalistas determinada demanda urgente da população. Assim, por esta característica inerente ao protesto, este não pode ser eleito como único método de luta. Voltarei a isto mais à frente; b) em segundo lugar, o protesto, por reunir as pessoas num mesmo local, facilita o trabalho repressivo da polícia e a conseqüente criminalização dos movimentos sociais e a conseqüente judicialização dos indivíduos presos durante os protestos.

Estes dois elementos são uma contradição em si mesmos. O fato de ser reivindicativo e devido à radicalidade que já me referi antes, surte efeitos imediatos na medida em que algumas concessões são feitas. Ou seja, ao mesmo tempo em que os protestos e os seguimentos mais radicalizados de toda esta movimentação não podem ser recuperados pela política institucional, suas demandas urgentes são facilmente capituladas e incorporadas na dinâmica institucional. Esta dinâmica

ambivalente pode evoluir para posturas mais radicais, como mostrarei mais à frente. É esta tendência que os grupos e seguimentos mais radicais devem reforçar.

O segundo aspecto também é uma contradição ambulante. O fato de aglutinar milhares de pessoas ao mesmo tempo que é a força do protesto, é também o elemento que facilita a repressão. Mas ao mesmo, como demonstramos, a repressão tende, dependendo das circunstâncias, a ampliar os protestos. E à medida que o número de manifestantes atinge um nível intolerável para a dinâmica normal de funcionamento da institucionalidade burguesa, concessões são arrancadas do estado e dos capitalistas.

Ou seja, estas contradições de que padecem o mero protesto, devem ser compreendidas pelos seguimentos mais radicalizados dentro do movimento para fazer reforçar tendências que caminhem para processos cada vez menos recuperáveis pela institucionalidade burguesa. Assim, é necessário, de um ponto de vista revolucionário, atentar-se para duas coisas: a) avançar as estratégias de luta para além dos protestos e manifestações de rua; b) unificação dos seguimentos mais radicalizados com a intenção de ampliar as bandeiras de luta para pautas mais radicais e que abarquem o conjunto da população trabalhadora e notadamente o proletariado. Uma está necessariamente contida na outra.

Como demonstramos no início, o estopim de toda a movimentação foram as demandas da juventude, notadamente do movimento estudantil e como pauta principal a luta pelo não aumento da tarifa do transporte coletivo, que é uma demanda mais ampla e incorpora outros setores da população. Iniciadas as manifestações com estas pautas da juventude e com o prosseguimento das ações, os protestos evoluíram para outros seguimentos e outras pautas incorporando expressivas camadas da sociedade. A partir deste momento, os lemas de “educação”, “saúde”, “moradia”, “corrupção” etc. começaram a aparecer no conjunto das manifestações, demonstrando que, contrariamente ao que aparece cotidianamente nos meios oligopolistas de comunicação, há problemas latentes na sociedade brasileira e estes vieram à luz do dia nas manifestações.

Sendo assim, o que temos é que tais protestos não foram capazes de mobilizar ou de criar outras estratégias de ação. Isto é necessário que fique bem claro para todos aqueles que lutam por constituir uma nova sociedade. É necessário a retomada das mobilizações, mas isto tem que ser feito incorporando e indo além dos protestos de rua. Quais seriam então tais possibilidades de ação?

Tais estratégias estão articuladas com as demandas e reivindicações. A bandeira de luta que mobilizou inicialmente deve ser mantida e ampliada, como alguns grupos vem fazendo: defesa de passe livre estudantil, tarifa zero universal

etc., mas isto deve ainda ser coadunado com outros elementos, como por exemplo, exigência de participação dos trabalhadores do transporte na gestão do mesmo, participação e controle popular da gestão do transporte etc. Mas outros elementos devem ainda ser incorporados para que a situação atual tenda para uma radicalização ainda maior. Questões candentes da classe trabalhadora devem tomar a cena das discussões: aumento real do salário mínimo, redução da jornada de trabalho etc.

Também os temas que foram levantados durante os protestos devem reaparecer, mas agora com um padrão mais concreto de efetivação. Ao invés do discurso evasivo de “melhoria na educação”, “melhoria na saúde” etc., incorporar as demandas reais dos trabalhadores e usuários destes serviços como uma pauta real que incorpore estes seguimentos agindo organizadamente dentro do processo.

Assim, as greves na educação nos municípios, estados e nas federais (universidade e institutos), em sua grande maioria sofreram grandes derrotas nos últimos anos e em grande parte isto deveu-se não aos governos somente, mas principalmente aos sindicatos destas categorias. A mesma coisa é válida também para os trabalhadores da saúde, bem como seus usuários.

Ou seja, uma meta a ser alcançada pelos seguimentos mais combativos dentro dos protestos é a integração dos vários seguimentos da sociedade dentro de blocos de luta. É neste ponto que a propaganda revolucionária torna-se algo de fundamental importância, pois neste sentido, a divulgação e discussão destes elementos, o chamado a greves gerais e locais etc. levará tais seguimentos a criarem seus próprios instrumentos de organização (comandos de greve etc.), os quais, num processo de mobilização mais geral têm importância fundamental.

Este conjunto de demandas da população devem ser mobilizadas como problemas reais, concretos como formas de incentivar a auto-organização da população trabalhadora. Neste caminho de ação e mobilização, a possibilidade de entrada da classe operária no processo de luta, que até então esteve ausente da cena política, cria dificuldades ainda maiores de recuperação das lutas pelas classes exploradoras.

Em poucas palavras, o que o momento atual exige é que haja uma hegemonia proletária no curso dos processos políticos. Por hegemonia proletária não estou afirmando que os sindicatos devem tomar as rédeas das ações. Muito pelo contrário, tal como os partidos políticos, também os sindicatos são instituições a serem combatidas. Por hegemonia proletária, estou afirmando que os interesses de classe (imediatos e a longo prazo) do proletariado devem tomar a cena política. Se isto acontece, o discurso midiático que muito influenciou os últimos protestos

(pacifismo, unidade nacional, hino nacional, bandeira do Brasil etc.) perderão o sentido. Não existe “a população brasileira”, o que existe, efetivamente, é a sociedade brasileira e seu conjunto de classes e conflitos de classe. Assim, os grupos, classes e tendências mais radicais devem se colocar na cena política atual, apresentar uma perspectiva revolucionária e incentivar sob todas as formas os processos de auto-organização dos trabalhadores. Somente assim, esta atual onda de protestos pode evoluir para uma onda revolucionária e a possibilidade de emancipação humana se colocará de forma mais clara alhures no horizonte.